

# Apresentação do Dossiê

Em 1993, Richard Dawkins, biólogo evolutivo crítico do criacionismo e do design inteligente, professor de entendimento público da ciência na Universidade de Oxford, escreveu uma carta bastante provocadora ao editor do jornal inglês *The Independent*. Alguns extratos da carta:

Caro senhor: Em seu artigo principal, que é tristemente obsequioso (18 de março), pedindo uma reconciliação entre ciência e “teologia”, o senhor observa que “as pessoas querem saber o máximo possível sobre suas origens”. Eu certamente espero que sim, mas que diabos o faz pensar que “teologia” tem alguma coisa útil para dizer sobre o assunto? [...] O que a “teologia” já disse e que seja da menor utilidade para alguém? Quando a “teologia” alguma vez disse algo que é comprovadamente verdadeiro e não é óbvio? [...] Se todas as realizações dos teólogos fossem eliminadas amanhã, alguém notaria a menor diferença? [...] As conquistas dos teólogos não fazem nada, não afetam nada, não conseguem nada, não significam nada. O que faz o senhor pensar que “teologia” é assunto?<sup>1</sup>

Dawkins é declaradamente um adversário da teologia, mas quando colocamos de lado nosso desconforto e/ou ressentimento em relação a ele, seus questionamentos e afirmações oferecem um ótimo ponto de partida para uma reflexão sobre o fazer teológico. As conquistas dos teólogos não afetam nada! Será mesmo? Estamos fazendo “mera teologia”, para aludirmos à ideia de Harold Wilson, político britânico, de descrever com essa expressão tão pejorativa qualquer coisa que parecesse distante e obtusa?<sup>2</sup> A face pública da teologia, da qual os artigos colecionados neste dossiê são representantes, indica que não. Desde Duncan Forrester, pioneiro da teologia pública, o campo parece ter, de fato, tomado nele inspiração e avançado a reflexão sobre as realidades da vida moderna, que cobrem um espectro que se alonga das questões envolvendo ética (social, racial etc.), violência, passando pelo direito e os pressupostos sobre justiça até as discussões no campo da política e do meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Cf. DAWKINS, Richard. Letter: Scientific versus theological knowledge. *The Independent*, 20 mar. 1993. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/voices/letter-scientific-versus-theological-knowledge-1498837.html>>. Acesso em 30 nov. 2018.

<sup>2</sup> Cf. FORRESTER, Duncan. *Christian Justice and Public Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 27.

Reverberando um esforço interdisciplinar que é próprio do campo, os artigos neste volume se deparam com a vida real e buscam ajuizar a partir desse lugar, ou seja, da realidade que está para além da própria Igreja e da própria academia. Desse modo, os textos que compõem a primeira parte do dossiê **Teologia Pública** estão particularmente interessados em refletir sobre teologia contextual, a problemática relação entre ciência e fé, acerca da articulação da ética ecológica a partir da teologia e na subjetividade das relações no aconselhamento cristão.

Logo de início e com o recurso ao *shalom* divino, **Salvação integral na América Latina: breve ensaio bíblico-teológico a partir da Teologia da Missão Integral**, de Sidney Moraes Sanches, apresenta a sempre pertinente discussão sobre salvação na perspectiva da Teologia da Missão Integral, com foco no ambiente latino-americano, levando em consideração, dessa maneira, a contextualidade da teologia, isto é, uma elaboração teológica que tenha raízes no seu contexto social, político, cultural, religioso e econômico. A segunda contribuição, **A interligação da ciência e da fé com foco nos benefícios que essa união traz para a formação do estudante no ensino superior**, de Rogério de Assis e Jorge Luiz Freire de Aquino, é um argumento em favor da relação positiva e produtiva entre ciência e fé, grandezas cuja integração, desafiando as críticas de Dawkins, pode oferecer perspectivas de formação mais abrangentes e críticas aos estudantes do ensino superior. Tomando a crise da epistemologia como ponto de partida, o terceiro artigo, **Ecoteologia: uma questão de teologia pública**, de Roberto Carlos Conceição Porto, introduz subsídios da teologia ecofeminista para discutir a dimensão pública da ecoteologia. Mas não apenas isso. Há, ainda, uma preocupação avaliativa no texto, de analisar *se e em que medida* a ecoteologia é um tema pertinente à ao âmbito da teologia pública.

O pleito eleitoral para o cargo maior do Poder Executivo em 2018 apenas confirma a advertência feita por Jürgen Habermas: “É atitude irresponsável não reconhecer a intervenção da ação religiosa na esfera pública”. O grupo heterogêneo dos evangélicos é destaque não só pelo seu crescimento demográfico, visibilidade midiática etc., mas também pela sua ruptura com uma postura de alienação referente à política partidária. Constitui-se como ator fundamental, organizado em uma bancada surpreendente em termos numéricos. Apesar de espaciais experiências de evangélicos (históricos) eleitos ainda na República Velha e, também, no período pós-varguista, sem dúvida é na Constituinte de 1988 que se dá a inserção expressiva dos políticos da fé nas casas representativas. O contexto é o da (re)democratização do país, somado à explosão do movimento pentecostal no Brasil e América Latina.

Nesta esteira, o artigo **Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988)**, de Sidney Melo, faz o resgate do embate em torno de duas proposituras que marcaram este início da participação evangélica na política: a obrigatoriedade de um exemplar da Bíblia na “Mesa da Assembleia Constituinte” e o registro da expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo daquela que seria conhecida como a Constituição Cidadã de 1988.

Os três próximos artigos, propositadamente sequenciais, testemunham a transdisciplinaridade e a relevância como propósitos deste periódico por meio das Ciências Humanas: uma especialista com estudos pós-doutorais em Comunicação; um especialista com pesquisa de pós-doutoramento em Educação, com artigo em coautoria; e uma especialista com estudos doutorais em Ciências da Religião, mas também em Ciências Sociais, com artigo em coautoria.

Uma outra marca da contemporaneidade são a velocidade e os múltiplos instrumentos da comunicação. Os conhecimentos, de todos os tipos, são cada vez mais veiculados e disponíveis, de maneira rápida e em grande quantidade, assim como as trocas culturais, típicas no contexto da Globalização/Transnacionalização. O advento das chamadas “Mídias Sociais” ou “Redes Sociais Digitais” tem possibilitado um cenário de ampliação massiva do ato de comunicar e, para o bem ou para o mal, dado voz a muita gente. No clima, ainda, das eleições de 2018, ficou constatado o acirramento em torno do uso desses novos canais de comunicação para fazer campanha, debater e, por fim, acusar uns aos outros por meio das notícias falsas (fake news). O artigo **Afirmar a comunicação humanizadora na perspectiva da Teologia Pública**, de Magali do Nascimento Cunha, traz a lume o caráter da fé e seu ato comunicativo na dimensão pública, a partir do método latino-americano “Ver, Julgar e Agir” e da análise da narrativa de Gênesis. Aponta desafios a uma fé que se pretenda relevante, para além da esfera privada.

O ensino religioso e sua oferta na escola pública, tem sido uma das pautas em torno da discussão do Estado laico. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal, por 6 x 5 votos, reconheceu a legitimidade da disciplina, sob o modelo confessional na educação básica brasileira. Frente ao fato de que o país é multicultural e plurirreligioso, a decisão da corte parece contradizer o artigo 19 da Constituição Federal de 1988, seguindo o mesmo caminho tomado na assinatura da Concordata Brasil-Vaticano, em 2010. O ano de 2018 também é sintomático pela retomada, com força, da campanha para aprovação do projeto de lei denominado “Escola Sem Partido”. Os defensores de tal projeto entendem que a sala de aula não é lugar para discutir identidade de gênero, bem como entendem haver doutrinação ideológica por parte dos

professores e, no limite, o exercício do magistério tem confrontado um padrão moral naturalizado na sociedade e famílias brasileiras, majoritariamente cristãs. O artigo **Religião e educação na Constituinte de 1934: congruências entre o pensamento eugênico e a defesa do ensino religioso**, de Rafael de Souza Oliveira e Marcelo Furlin, analisa essa relação entre ensino religioso e moralidade no contexto da primeira fase do governo de Getúlio Vargas. Período emblemático, devido ao fato de que o Brasil recém-rompera com aquilo que ficou conhecido como “a primeira onda laica” (1891-1931), ao menos no campo prescritivo.

No artigo **Aspectos teóricos e didáticos da formação do professor de ensino religioso: perspectivas à luz da Ciência(s) da(s) Religião(ões) e da Base Nacional Comum Curricular**, de Nathália Ferreira de Sousa Martins e Elisa Rodrigues, encontramos uma reflexão sobre a formação de docentes de Ensino Religioso, diante da nova proposta educacional brasileira, com ênfase no respeito ao cenário de diversidade religiosa, presente no país.

Esta edição conta também com a memória de Rubem Alves, no artigo **Teologia como desejo, diálogo e ausência: breve escopo de intersecções entre Rubem Alves e a teologia bíblica sapiencial**, de Felipe Silva Carmo, aqui, é possível encontrar uma discussão a partir dos textos sapienciais (Jó, Provérbio e Eclesiastes) e alguns apontamentos sobre a dificuldade de se pensar uma “Teologia da Sabedoria”, que contemple os diversos aspectos da Teologia, na atualidade, tais como a expressão humana, o diálogo e a possibilidade da ausência.

E fechamos a edição com o texto **ENCRISTUS: uma experiência de diálogo católico-pentecostal no Brasil**, de André Luís da Rosa, no qual o autor apresenta aspectos históricos de um movimento que surge em 2008, e que reúne católicos da renovação carismática e pentecostais, que se unem em busca de unidade e santidade.

Assim, com alegria, entregamos aos leitores/as este dossiê, desejando que as provocações interdisciplinares presentes nesta edição colaborem com as práticas e reflexões sobre Teologia Pública. Boa leitura!

*Denis Alves de Souza*  
*Elizangela A. Soares*  
*João Batista Ribeiro Santos*  
*Lídia Maria de Lima*  
Organizadores do Dossiê